

# Ainda aos olhos da Inquisição: novos dados sobre níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhetos<sup>1</sup>

**Tânia Lobo**

Universidade Federal da Bahia

**Klebson Oliveira**

Universidade Federal da Bahia

## RESUMO

Analisa-se o conjunto de depoimentos prestados e assinados perante o Santo Ofício, constantes do *Primeiro Livro das Confissões*, do *Primeiro Livro das Denúncias* e do *Terceiro Livro das Denúncias*, produzidos quando da primeira visitação da Inquisição à Capitania da Bahia, Brasil, em 1592/1593. O objetivo central é mensurar os níveis de alfabetismo da população, aplicando o chamado “método de cômputo de assinaturas”, indicador que tem permitido instigantes aproximações sobre aspectos censitários da alfabetização em sociedades do Antigo Regime. Cruzando o binômio “assinante *versus* não assinante” com as variáveis sexo, origem geográfica do depoente, etnia e condição religiosa, desenha-se um quadro aproximativo da *faculdade das letras* nos primórdios da colonização do Brasil.

## PALAVRAS-CHAVE

Cultura escrita, Níveis de alfabetismo, Capitania da Bahia/Brasil, Século XVI.

## INTRODUÇÃO

O Tribunal do Santo Ofício realizou três visitas ao Brasil: no século XVI, à Bahia (de 1591 a 1592) e a Pernambuco (de 1593 a 1595); no século XVII, novamente à Bahia (em 1618) e, finalmente, no século XVIII, ao Grão-Pará (de 1763 a 1769). Vingou na América Portuguesa o chamado modo *ambulante* de se exercer a justiça inquisitorial, e não o *estável*, ficando, portanto, o Brasil sem um tribunal próprio, e, sim, sob a tutela do Tribunal Inquisitorial de Lisboa. Da primeira visitação, liderada pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, resultaram 4 livros de denúncias, 3 livros de confissões e 2 livros de ratificações, todos depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa.

Tomando por base o conjunto de confissões e denúncias prestadas e assinadas perante o Santo Ofício, constantes de três livros produzidos quando da primeira visitação – o *Primeiro Livro das Confissões*, o *Primeiro Livro das Denúncias* e o *Terceiro Livro das Denúncias* –, este texto tem como objetivo precípua analisar a difusão social da escrita na Capitania da Bahia em fins de quinhetos. Para tal, com base no chamado método de “cômputo de assinaturas”, serão levantadas, nas fontes acima indicadas, as porcentagens de signatários, considerando-as nos termos em que as entende Chartier (2004, p. 14), ou seja, como “indicadores culturais macroscópicos, compostos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa.”

---

<sup>1</sup> Ampliando significativamente a base de dados analisada, este texto, apresentado em mesa-redonda no CASTILHO – II Congresso Internacional de Linguística Histórica, realizado na Universidade de São Paulo – Brasil, no período de 07 a 10 de fevereiro de 2012, dá continuidade a trabalho anterior feito pelos autores sobre o tema, intitulado “Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhetos” (cf. LOBO & OLIVEIRA, 2012). Ambos integram um projeto mais amplo de investigação – LEITURA E ESCRITA AOS OLHOS DA INQUISIÇÃO –, cujo objetivo é analisar a difusão social da escrita no mundo colonial ibérico, explorando verticalmente fontes inquisitoriais.

# 1. DESCRIÇÃO DOS DADOS

## 1.1. Dados gerais

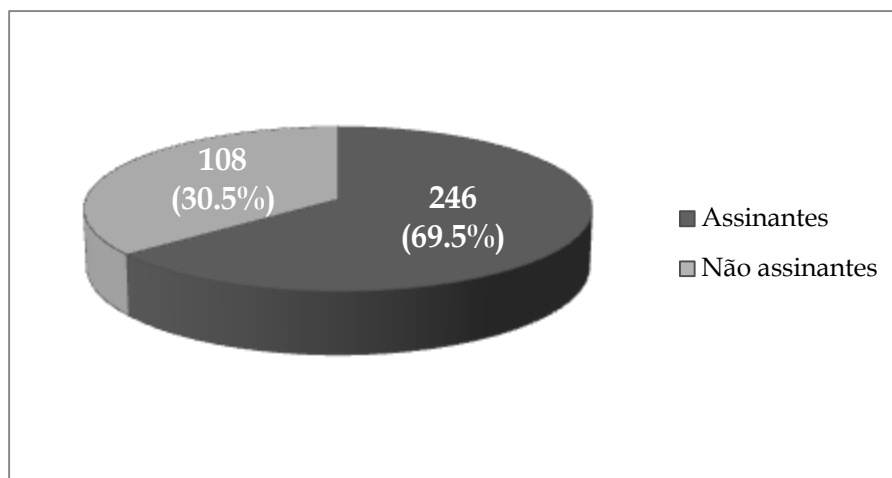
Em um total de 60 dias de graça concedidos, contados 30 dias a partir de 29 de junho de 1591 e mais 30 dias a partir de 12 de janeiro de 1592, colheram-se 354 depoimentos, sendo 117 (33.1%) confissões e 237 (66.9%) denúncias, feitas, no primeiro período, pelos moradores da cidade do Salvador, uma légua em roda, e, no segundo período, pelos moradores do Recôncavo da Bahia. Discrimina-se, na Tabela 1, o total de dados extraído de cada uma das fontes:

**Tabela 1: Distribuição dos dados por livros**

	LIVRO I DAS CONFISSÕES (33.1%)	LIVRO I DAS DENUNCIÇÕES (56.5%)	LIVRO III DAS DENUNCIÇÕES (10.4%)
<b>Assinantes</b>	75 – 64.1%	147 – 73.5%	24 – 64.9%
<b>Não assinantes</b>	42 – 35.9%	53 – 26.5%	13 – 35.1%
<b>Total</b>	117 – 100%	200 – 100%	37 – 100%

Todo o conjunto de dados se encontra reunido na Figura 1, que permite visualizar a macro-oposição entre assinantes e não assinantes:

**Figura 1: Assinantes *versus* não assinantes**



Dos 354 confitentes/denunciante, 246 (69.5%) sabiam assinar o próprio nome e 108 (30.5%), não. Trata-se de um percentual alto de assinantes para o período em foco, sobretudo quando se leva em consideração uma assertiva recorrente entre os historiadores da educação no Brasil, a de que seria sempre mais pertinente falar, desde as origens coloniais, de uma história de analfabetismo, e não de alfabetização. É bem verdade que esses índices “nus” podem ser enganosos, daí a necessidade de vesti-los com uma análise que leve em consideração o perfil sociológico daqueles que deixaram ou não a sua assinatura nos documentos referidos. Para tal, o seguinte conjunto de

variáveis será considerado: o *sexo* do confitente/denunciante, sua *origem geográfica*, sua *etnia* e sua *condição religiosa*<sup>2</sup>.

## 1.2. Repartição por sexo

O primeiro aspecto a se ter em consideração é que esses 354 indivíduos estavam repartidos por sexo, como indicado na Tabela 2, sendo 68.9% homens e 31.1%, mulheres:

**Tabela 2: Homens versus Mulheres**

	HOMENS (244 – 68.9%)	MULHERES (110 – 31.1%)
Assinantes	228 (93.4%)	17 (15.5%)
Não assinantes	16 (6.6%)	93 (84.5%)
<b>Total</b>	244 (100%)	110 (100%)

Assim, descortinados os dados, os resultados começam a se aproximar de uma expectativa inicial, qual seja, a de que os homens estivessem, a passos agigantados, à frente das mulheres<sup>3</sup>. Em uma sociedade em que assumiam praticamente todos os principais papéis sociais, seriam eles, afinal, os mais necessitados da tecnologia da escrita. Entretanto, a altíssima taxa de assinaturas masculinas expõe uma completa inversão atestada quanto aos homens livres no que se refere especificamente ao Brasil: na Bahia, em finais de quinhentos, os homens livres<sup>4</sup> apresentaram uma taxa de assinaturas acima de 90%, mas, no geral do Brasil de finais do século XIX, segundo o Censo de 1872, 80% dos homens livres seriam analfabetos. Também, quanto às mulheres livres, os dados surpreendem, já agora por sua estabilidade: na Bahia, em finais de quinhentos, as mulheres livres apresentaram uma taxa de assinaturas de 15.5%, e, no geral do Brasil de finais do século XIX, segundo o mesmo Censo de 1872 acima referido, cerca de 20% das mulheres livres seriam alfabetizadas.

<sup>2</sup> Numa versão posterior deste texto, prevê-se a análise de, pelo menos, mais duas variáveis: o *estrato socioprofissional* a que pertencia o confitente/denunciante e a sua *faixa etária*.

<sup>3</sup> Na Tabela abaixo, elaborada por Grandra (2010) a partir de dados compilados por Chartier (2004), com base em estudos feitos para os séculos XVII e XVIII, visualiza-se a constante a que se refere – homens sempre assinando mais que mulheres:

	HOMENS		MULHERES	
	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XVII	Séc. XVIII
Escócia	25%	65%	-	15%
Inglaterra	30%	60%	-	35%
França	29%	48%	14%	27%
Holanda (Amsterdã)	57%	85%	32%	64%
Estados Unidos (Nova Inglaterra)	61%	68%	31%	41%
Estados Unidos (Virgínia)	50%	65%	-	-

Para a Espanha (Castilla la Nueva), apenas se indicaram os percentuais gerais de 54% e 76%, correspondentes, respectivamente, aos séculos XVII e XVIII, não se fazendo distinção entre homens e mulheres. O estudo de Marquilhas (2000) para o Portugal setecentista indica homens e mulheres assinando, respectivamente, em níveis de mais de 78.4% e 9.4%. Para a Espanha, Marquilhas – colhendo dados do estudo de Marie-Christine Rodríguez e Bartolomé Benassar, com base em depoimentos prestados aos tribunais da Inquisição Espanhola de Córdoba e de Toledo, entre os séculos XVI e XVIII – indica uma média de 62.6% de assinaturas masculinas e de 12.6% de assinaturas femininas.

<sup>4</sup> Como se verá posteriormente, na amostra, só um homem não é livre. Trata-se do africano Duarte, “negro da Guiné, do gentio de Angola”.

No item 1.3, a seguir, confronta-se a variável sexo com a origem geográfica do confitente/denunciante, identificando-se, inicialmente, na Tabela 3, de onde provêm os do sexo masculino.

### 1.3. Repartição por sexo *versus* origem

Tabela 3: Homens *versus* origem

HOMENS (244)		
<b>PORTUGAL</b> (151 – 61.9%)	Assinantes	141 (93.4%)
	Não assinantes	10 (6.6%)
<b>MADEIRA</b> (02 – 0.8%)	Assinantes	02 (100.0%)
	Não assinantes	---
<b>AÇORES<sup>5</sup></b> (06 – 2.5%)	Assinantes	06 (100.0%)
	Não assinantes	---
<b>ILHA DE SÃO TOMÉ</b> (01 – 0.4%)	Assinantes	01(100.0%)
	Não assinantes	---
<b>ILHA DA PALMA</b> (02 – 0.8%)	Assinantes	02 (100.0%)
	Não assinantes	---
<b>BRASIL</b> (49 – 20.1%)	Assinantes	47 (96.0%)
	Não assinantes	02 (4.0%)
<b>ESPANHA</b> (04 – 1.6%)	Assinantes	03 (75.0%)
	Não assinantes	01 (25.0%)
<b>FRANÇA</b> (03 – 1.2%)	Assinantes	02 (66.7%)
	Não assinantes	01 (33.3%)
<b>GRÉCIA</b> (01 – 0.4%)	Assinantes	---
	Não assinantes	01 (100.0%)
<b>ÁFRICA</b> (01 – 0.4%)	Assinantes	---
	Não assinantes	01 (100.0%)
<b>NÃO IDENTIFICADA</b> (24 – 9.8%)	Assinantes	24 (100.0%)
	Não assinantes	---

Entre os 244 homens, predominam largamente os de origem portuguesa, os quais correspondem a 61.9% do total. Das ilhas atlânticas – Arquipélago da Madeira, Arquipélago dos Açores, Ilha de São Tomé e Ilha da Palma –, representam-se apenas 11 homens, correspondentes a não mais que 4.5% do total. Os nascidos no Brasil, perfazendo 20.1% da amostra, são, a seguir aos portugueses, os que mais se destacam. Com baixa representatividade, tal como os ilhéus, perfazendo 3.2% da amostra, vêm europeus de procedência distinta – 04 espanhóis, 03 franceses e 01 grego. Um africano integra o *corpus*, sendo indicado como “negro da Guiné, do gentio de Angola”<sup>6</sup>. O

<sup>5</sup> 03 são da Ilha Terceira, 02 da Ilha de São Miguel e 01 da Ilha de Santa Maria.

<sup>6</sup> Sobre o significado da expressão “negro da Guiné”, leia-se a seguinte passagem de Oliveira (1997), em que se destaca em negrito o trecho justamente referente ao africano do *corpus* aqui analisado, o escravo Duarte: “(...) desde que começou a crescer a demanda européia de escravos, todos os africanos foram reduzidos a uma única categoria: a de negros de Guiné, “assemelhados todos como se fossem de uma só procedência”, como constata Goulart. E o que era a Guiné nos primeiros tempos do tráfico? No início, para os portugueses, a Guiné teria se restringido ao litoral da costa ocidental africana, que tinha como centro comercial a feitoria de Cachéu, subordinada às ilhas de Cabo Verde. Esta era a área descrita nos

número de homens de origem não identificada é relativamente alto, atingindo quase 10% dos confitentes/denunciante.

Partindo da média anteriormente apresentada de 93.4% de assinantes entre os homens, observa-se que o percentual de assinaturas entre os portugueses coincide exatamente com a média geral, ou seja, 93.4%, ao passo que os brasileiros se situam um pouco mais acima, sendo 96.0% assinantes. Trata-se, em ambos os casos, de patamares de assinaturas que beiram a universalidade. Um contraste interessante é o que se observa quando se confrontam ilhéus e europeus de distinta procedência: entre os primeiros, a taxa de assinaturas é de 100.0%, caindo, porém, para 62.5% (5/8) no segundo caso. Observa-se, finalmente, que o africano não assina.

As confissões não fazem alusões mais explícitas a possíveis estratificações étnicas dos homens portugueses, razão pela qual se inferiu que fossem todos “brancos”. Adverte-se, contudo, para o fato de que o termo “branco” aqui se define negativamente – o que não é mouro ou não é cigano, por exemplo<sup>7</sup> –, não se referindo propriamente à cor da pele do indivíduo<sup>8</sup>. Já a população de homens brasileiros representada na amostra se encontra estratificada do ponto de vista étnico, como se pode visualizar na Tabela 4, abaixo:

**Tabela 4: Estratificação étnica dos homens brasileiros**

<b>HOMENS BRASILEIROS (49)</b>		
<b>BRANCOS (32 – 65.3%)</b>	Assinantes	32 (100.0%)
	Não assinantes	---
<b>MAMELUCOS<sup>9</sup>/MESTIÇOS (15 – 30.6%)</b>	Assinantes	15 (100.0%)
	Não assinantes	---
<b>ÍNDIOS (02 – 4.1%)</b>	Assinantes	---
	Não assinantes	02 (100.0%)

Dos 49 homens brasileiros, 65.3% são brancos, 30.6% são mamelucos e apenas 4.1% são índios. A indicação de que 32 homens brasileiros são brancos também resulta de inferência, porém um pouco mais bem ancorada: é que esses são os “não marcados”, em contraposição aos “marcados” – os mamelucos e os índios. No final do século XVI e

---

contratos de arrendamento do século XV. Entretanto, à medida em que [sic] a expansão do comércio português avançou para o sul, o termo passou a ser também utilizado para designar as partes do litoral então conhecidas como Costa da Pimenta, Costa do Marfim, Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Assim, toda a África Ocidental ao norte do Equador, do Rio Senegal ao Gabão, era conhecida então como a Guiné. **Viana Filho e Goulart concordam que o termo chegou a ser aplicado também às populações subequatoriais. O primeiro sustenta este ponto de vista baseado nas *Denúncias da Bahia (1591-1593), onde o escravo Duarte, acusado por crime de sodomia, aparece como “negro da Guiné, do gentio de Angola”***. De fato, parece que tal denominação teve seu uso. Encontramos dois mapas da África registrando a expressão Baixa Guiné para designar os territórios que se estendem até o Cabo Negro: o primeiro da autoria de Guillaume de Lisle, datado de 1700, e o segundo, de E. Bowen, de 1766, onde fica claro que a expressão “Low Guinea” era empregada como correspondendo à região do Congo e Angola, ainda na segunda metade do século XVIII.” Faz-se, aqui, apenas a observação de que o escravo *Duarte* não foi acusado de crime de sodomia, mas, sim, denunciou o escravo *Joanne*, também “negro da Guiné”, pelo referido crime.

<sup>7</sup> Tendo-se optado por incluir na análise a variável condição religiosa, não se distinguiu entre os “brancos” o grupo étnico dos judeus convertidos, ou cristãos-novos.

<sup>8</sup> Há apenas uma exceção. Trata-se de *Amador da Silva*, de 55 anos, ferreiro, natural de Lisboa, em cuja denúncia se lê: “cristão velho de geração de ciganos.”

<sup>9</sup> *Mameluco* é a designação para o mestiço de branco e índio.

tendo já nascido no Brasil, também compunham a sociedade colonial baiana, para além dos três estratos étnicos mencionados, negros<sup>10</sup> e negro-mestiços<sup>11</sup>, os quais não figuram entre os confitentes/denunciante.

Todos os brancos e mamelucos assinam. Merece destaque o fato de, entre os brancos brasileiros, as assinaturas atingirem a universalidade da amostra, mas, entre os brancos portugueses, o percentual dos que assinam, apesar de alto, corresponder a 93.4%, conforme visto na Tabela 3, acima. O número absoluto de brancos portugueses (151) é o quádruplo do número de brancos brasileiros (32), o que permite levantar a suposição de que um possível desequilíbrio da amostra explique a diferença nos percentuais de assinaturas acima apontada, e não a existência de condições objetivas que teriam privilegiado a alfabetização dos brancos nascidos no Brasil. Já a diferença numérica entre mamelucos (15) e brancos brasileiros (32) é razoável, mas não tão significativa quanto a observada entre brancos portugueses e brancos brasileiros. Assim, a amostra, apesar de reduzida, vem confirmar o que afirmam historiadores da educação no Brasil: que os mamelucos foram, no início da colonização, alvo da ação missionária jesuítica, não só do ponto de vista catequético, mas também no que toca ao ensino da leitura e da escrita.<sup>12</sup>

Na Tabela 5, apresentam-se os mamelucos desta amostra:

---

<sup>10</sup> *Crioulo* será a designação preferencial para o negro já nascido no Brasil.

<sup>11</sup> Os nascidos da miscigenação entre negros e índios são chamados de *cafuzos*, e *mulatos* são os filhos de negros e brancos. *Mamelucos*, *cafuzos* e *mulatos* são as três categorias mais gerais da mestiçagem brasileira, havendo, porém, muitíssimas outras designações para os diversos tipos de entrecruzamentos.

<sup>12</sup> De 1549 a 1560, o Padre Manuel da Nóbrega ocupou o cargo de Provincial da Ordem do Brasil, quando, então, foi substituído pelo Padre Luís da Grã. Após a morte de Nóbrega, em 1570, ocorreram mudanças nas linhas de ação educacional dos jesuítas, tanto no sentido do plano educacional a ser executado – que progressivamente foi deixando de ser mais particular e passando a ter um cunho mais universal –, quanto, o que é mais relevante destacar aqui, no sentido dos estratos da população que seriam contemplados: as escolas jesuíticas, supostamente abertas para abrigar, de forma indistinta, índios, mamelucos e filhos de famílias brancas, foram-se destinando, sobretudo a partir do século XVII, de modo quase exclusivo, aos brancos, mais especificamente, aos filhos das elites agrárias (FREIRE, 1993, p. 38-42).

**Tabela 5: Perfil sociológico dos mamelucos<sup>13</sup>**

NOMES	FILIAÇÃO		NATURALIDADE	PROFISSÃO/ OFÍCIO	ID	E C	C R
	PAI	MÃE					
<b>Antônio de Meira</b>	Branco	Negra desta terra brasila	Bahia	Lavrador	NI	C	CV
<b>Brás Dias</b>	Branco	Brasila	Termo desta Cidade	Lavrador	50	C	CV
<b>Diogo Dias</b>	Branco	Mameluca	Bahia	Lavrador	39	C	CV
<b>Domingos Rebelo</b>	Branco	Brasila	Bahia	NI	27	S	NI
<b>Manuel Branco</b>	Branco	Negra brasílica	Bahia	Não tem ofício	24	S	CV
<b>Paulo Adorno</b>	Branco	Mameluca	Bahia	NI	39	V	NI
<b>Pero de Moura</b>	Branco	Mameluca	Bahia	NI	22	S	CV
<b>Tomás Ferreira</b>	Branco	Escrava brasila do pai	Ilhéus	NI	36	S	CV
<b>Rodrigo Martins</b>	Branco	Escrava negra deste Brasil	Porto Seguro	Lavrador	38	C	CV
<b>André Dias</b>	Branco	Escrava do pai, índia deste Brasil	Pernambuco	Lavrador	30	S	NI
<b>Domingos Fernandes</b>	Branco	Negra do gentio deste Brasil	Pernambuco	Não tem ofício	NI	C	CV
<b>Francisco Afonso Capara</b>	Branco	Escrava do pai	Pernambuco	Lavrador	40	C	CV
<b>Jacome de Queirós</b>	NI	NI	Espírito Santo	Cônego	46	S	CV
<b>Lázaro Cunha</b>	Branco	Mameluca	Espírito Santo	NI	30	S	CV
<b>Cristóvão Bulhões</b>	Pardo	Índia desta terra	São Vicente	Trabalhador	25	S	CV

Dados os limites deste texto, os dados da Tabela 5 não poderão ser detalhadamente comentados. Chama-se apenas a atenção para os seguintes aspectos: 1) quanto à filiação, para o fato de serem filhos de homens brancos, com a exceção de um, que é filho de homem pardo; 2) para o fato de os 15 mamelucos serem provenientes de 6 capitanias distintas – sendo 7 da Bahia, 1 de Ilheus, 1 de Porto Seguro, 1 de Pernambuco, 1 do Espírito Santo e 1 de São Vicente –; 3) para o fato de, quando o seu ofício está identificado, serem predominantemente lavradores e, finalmente, 4) para o fato de, com a exceção de três, cuja condição religiosa não está identificada, serem todos identificados como cristãos-velhos, não importando o fato de a mãe ser índia ou mameluca.

Compondo a amostra apenas dois índios não assinantes, nada efetivamente se pode afirmar acerca da alfabetização deste segmento étnico da população. Ou seja, não é possível dizer, pelo fato de dois não assinarem, que todos ou a maioria dos índios integrados ao sistema colonial estivessem alijados do mundo grafocêntrico. Os índios – *Fernão Ribeiro* e *Simão* – eram da Aldeia de São João, da Capitania da Bahia de Todos os Santos, e não falavam português, servindo-lhes de intérprete o padre *Francisco de Lemos*, da Companhia de Jesus, a quem também coube assinar no lugar de ambos.

Passa-se, a seguir, à apresentação dos dados relativos às mulheres:

<sup>13</sup> As três últimas colunas da Tabela referem-se à *idade* (ID), ao *estado civil* – casado (C), solteiro (S) ou viúvo (V) – e à *condição religiosa* – cristão-velho (CV), cristão-novo (CN). A sigla (NI) significa não identificado(a).

**Tabela 6: Mulheres versus origem**

<b>MULHERES (110)</b>		
<b>PORTUGAL</b> (58 – 52.7%)	Assinantes	07 (12.1%)
	Não assinantes	51 (87.9%)
<b>CABO DA GUÉ<sup>14</sup></b> (01– 0.9%)	Assinantes	---
	Não assinantes	01 (100.0%)
<b>MADEIRA</b> (01 – 0.9%)	Assinantes	---
	Não assinantes	01 (100.0%)
<b>AÇORES<sup>15</sup></b> (06 – 5.5%)	Assinantes	01 (16.7%)
	Não assinantes	05 (83.3%)
<b>BRASIL</b> (36 – 32.7%)	Assinantes	08 (22.2%)
	Não assinantes	28 (77.8%)
<b>ESPAÑA</b> (03 – 2.7%)	Assinantes	---
	Não assinantes	03 (100.0%)
<b>ITÁLIA</b> (01 – 0.9%)	Assinantes	---
	Não assinantes	01 (100.0%)
<b>NÃO IDENTIFICADA</b> (04 – 3.6%)	Assinantes	01 (25.0%)
	Não assinantes	03 (75.0%)

Entre as 110 mulheres, predominam as confitentes/denunciante de origem portuguesa, as quais correspondem a 52.7% do total. Do Cabo da Gué e das ilhas atlânticas – Arquipélago da Madeira e Arquipélago dos Açores, – encontram-se apenas 08 mulheres, correspondentes a não mais que 7.3% do total. As nascidas no Brasil, perfazendo 32.7% da amostra, são, a seguir às portuguesas, as que mais se destacam. Com uma representatividade ainda inferior à das mulheres provenientes do Cabo da Gué e das ilhas, perfazendo 3.6% da amostra, vêm europeias de procedência distinta – 03 espanholas e 01 italiana. Só quatro mulheres não têm a sua origem identificada (3.6%).

Partindo da média geral anteriormente apresentada de 15.5% de assinantes entre as mulheres, observa-se que as portuguesas estão, aproximadamente, com 3.5 pontos percentuais abaixo da média, apresentando 12.1% de assinaturas, enquanto as brasileiras se situam com cerca de 6.5 pontos percentuais acima da média geral feminina, apresentando 22.2% de assinaturas. Assim, não foi apenas entre os homens brasileiros, comparativamente aos portugueses, que se evidenciou um percentual superior de assinaturas, mas também entre as mulheres brasileiras, comparativamente às portuguesas. Contrastando mulheres do Cabo da Gué e das ilhas com europeias de distinta procedência, verifica-se entre as primeiras uma taxa de assinaturas de 12.5%, sendo todas as últimas, porém, não assinantes. Mais uma vez, pode-se estabelecer um paralelo com o que se verificou entre os homens, que, sendo europeus de procedência não portuguesa, eram 100.0% analfabetos e, sendo originários das ilhas atlânticas, apresentaram uma taxa de 62.5% de assinaturas.

As sete assinantes portuguesas da amostra foram *Maria Lopes*, cristã-nova, de idade entre 65 e 66 anos, natural de Évora, *Paula de Siqueira*, cristã-velha, de 40 anos, natural de Lisboa, *Margarida Pacheca*, cristã-velha, de 47 anos, natural de Lisboa, *Isabel Ribeiro*, cristã-velha, de 50 anos, natural de Setúbal, *Maria Barbosa*, cristã-velha,

<sup>14</sup> Situado no litoral do Marrocos.

<sup>15</sup> 03 da Ilha Terceira, 02 da Ilha de Santa Maria e 01 da Ilha Graciosa.



de 55 anos, natural de Viana, *Custódia de Faria*, cristã-velha, de 50 anos, natural de Lisboa e *Catarina Quaresma*, “cristã que não sabe se velha se nova”, de idade entre 65 e 66 anos, natural de Lisboa.

As confissões/denúncias das portuguesas alfabetizadas não revelam nenhum detalhe sobre o modo como se relacionavam com a leitura e a escrita, exceto num caso, o de *Paula de Siqueira*. Os trechos abaixo, extraídos da sua confissão, indicam tratar-se de uma mulher que estabeleceu com a leitura (e quiçá com a escrita) – ao menos de cartas “de amores e requebros” – uma relação bastante ativa (cf. ABREU, 1935, p. 47-50):

e confessando suas culpas, disse que haverá três anos, pouco mais ou menos, que **Filipa de Sousa**, moradora nesta cidade, casada com Francisco Pires, pedreiro, junto de Nossa Senhora de Ajuda, a qual ela tem por cristã nova, que foi já casada com outro primeiro marido, defunto, serigueiro, cristão novo, **lhe começou a escrever muitas cartas de amores e requebros**, de maneira que ela, confessante, entendeu que a dita Filipa de Sousa tinha alguma ruim pretensão

e, **com estas cartas e semelhantes recados e presentes, continuou com ela espaço de dois anos**, pouco mais ou menos, dando-lhe alguns abraços e alguns beijos, sem lhe descobrir claramente o seu fim e propósito, até que, num dia domingo ou santo, haverá um ano, pouco mais ou menos, estando ela, confessante, em sua casa nesta cidade, veio a ela a dita Filipa de Sousa.

confessou mais que **a dita Boca-torta [Isabel Rodrigues] lhe deu uma carta, que chamam carta de tocar**, dizendo-lhe que tinha tanta virtude, que, em quantas cousas tocasse, se iriam após ela, **a qual carta, ela, confessante, não leu nem usou dela**, somente tendo intenção de usar dela, a deu a uma velha per nome Mécia Dias, mulher de Jorge Fernandes Freire, moradora nesta cidade, para que a levasse na cabeça, debaixo do toucado, e ela lha concertou ainda, segundo sua lembrança, para que fosse a três padres que lhe dissessem três evangelhos, e a dita velha, depois lha tornou, dizendo-lhe que já lhe tinham dito três evangelhos na cabeça sobre a dita carta, e ela, confessante, não usou nunca delas.

e, **sendo perguntada se tem ainda escritas as ditas palavras e a dita carta, respondeu que já queimou todos os ditos papeis e os não tem há mais de sete ou oito anos.**

A confissão de *Paula de Siqueira*, como se pôde ler, também faz menção, dentro da tradição epistolográfica, a outro tipo de missiva, que seriam as cartas “de tocar”, também ditas cartas “de pacto com o demônio.”<sup>16</sup>

As oito assinantes brasileiras da amostra foram *Antônia Fogaça*, cristã-velha, de 28 anos, natural da Capitania da Bahia, *(Dona) Custódia de Faria*, cristã-nova, de 23 anos, natural da Capitania da Bahia, *(Dona) Ana Alcoforada*, “meia cristã-velha e meia cristã-nova”, de 27 anos, natural da Capitania da Bahia, *Maria de Góis*, cristã-velha, de 31 anos, natural da Capitania da Bahia, *Mícia Barbosa*, cristã-velha, de 37 anos, natural da Capitania de Porto Seguro, *Inês de Barros*, cristã-velha, de 27 anos, natural da Capitania da Bahia, *Madalena Pimentel*, cristã-velha, de 45 anos, natural da Capitania de Pernambuco e *Isabel d’Ávila*, de condição religiosa não identificada, de 37 anos, natural da Capitania da Bahia.

---

<sup>16</sup> A este respeito, veja-se, por exemplo, “Cartas de tocar ou de pacto com o demônio”, disponível em [http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/13/lusitana13\\_pag\\_66.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/13/lusitana13_pag_66.pdf).

Tal como no caso das portuguesas, as confissões/denúncias das brasileiras alfabetizadas também silenciam quanto ao modo como se relacionavam com a leitura e a escrita, exceto em um caso, o de *Antônia Fogaça*. Abaixo, leem-se trechos extraídos da sua confissão. *Antônia Fogaça*, a despeito de ameaça de pena de excomunhão, não deixou de comunicar-se por cartas com o seu cunhado e amante *Fernão Ribeiro de Sousa* – cartas que não só tratavam de “contas”, como se lhe impunha a sua pena, mas também usavam de “palavras afeiçoadas e amorosas” (cf. ABREU, 1935, p. 101):

disse que, **pelo Bispo deste estado, Dom Antônio Barreiros, lhe foi posta pena de excomunhão ipso facto incurenda, que ela não falasse nem tivesse comunicação pessoal, nem por escritos, nem por recados, nem por interposta pessoa, com Fernão Ribeiro de Sousa**, cunhado dela, confessante, por cessarem certos escândalos e presunções que, de falarem e comunicarem, nasciam.

e que, depois de a dita pena ser notificada a ela, confessante, com declaração que **somente se poderiam mandar recados escritos sobre a liquidação das contas que entre ele e ela havia**, acerca do dote que ela e o dito seu marido lhe prometeram em dote quando o casaram com sua irmã, contudo, **sem embargo da dita pena posta, além de muitos escritos e recados que lhe mandou sobre a dita matéria das ditas contas e afora outra carta que lhe mandou depois do Natal passado**, em que lhe dava repreensões e conselhos com palavras de escândalo, que não deixasse ela vir a sua fazenda um certo homem, **o dito Fernão Ribeiro lhe mandou mais a ela, não se afirma se ha mais de ano, dois escritos, cada um per sua vez, em dias diferentes, nos quais lhe falava também acerca das ditas contas e juntamente neles usava de palavras afeiçoadas e amorosas**, que é a matéria sobre que lhe foi posta a dita proibição pelo Bispo sob a dita pena

e, assim, mais **depois de ela receber os ditos escritos, respondeu ao dito Fernão Ribeiro pelo menino que lhe trouxera os escritos que ela lhe não respondia a ele por que lhe estava posta a dita pena**

A única assinante açoriana é (*Dona*) *Luzia de Melo*, cristã-velha, de 60 anos, natural da Ilha Graciosa. Entre as mulheres de origem não identificada, apenas uma é assinante: (*Dona*) *Lianor*, cristã-nova, de 32 anos, natural da Capitania da Bahia.

As mulheres de origem portuguesa se encontram repartidas do ponto de vista étnico, o que se indica na Tabela 7:

**Tabela 7: Estratificação étnica das mulheres portuguesas**

MULHERES PORTUGUESAS (58)		
<b>BRANCAS</b> (54 – 93.1%)	Assinantes	07 (13.0%)
	Não assinantes	47 (87.0%)
<b>CIGANAS</b> (03 – 5.2%)	Assinantes	---
	Não assinantes	03(100.0%)
<b>MULATA</b> (01 – 1.7%)	Assinantes	---
	Não assinantes	01(100.0%)

Excluídas as ciganas e a mulata, que não assinam, do conjunto das mulheres portuguesas, a taxa de assinaturas entre as brancas cresce, mas não significativamente, passando a 13.0%.

De forma idêntica ao que se observou para os homens brasileiros, também as mulheres brasileiras representadas na amostra estão diferenciadas quanto à sua etnia, conforme se vê na Tabela 8, abaixo:

**Tabela 8: Estratificação étnica das mulheres brasileiras**

<b>MULHERES BRASILEIRAS (36)</b>		
<b>BRANCAS (26 – 72.2%)</b>	Assinantes	07 (27.0%)
	Não assinantes	19 (73.0%)
<b>MAMELUCAS (09 – 25.0%)</b>	Assinantes	01 (11.1%)
	Não assinantes	08 (88.9%)
<b>CAFUZA (01 – 2.8%)</b>	Assinantes	---
	Não assinante	01 (100.0%)

Embora todos os homens brancos brasileiros e mamelucos sejam, indistintamente, assinantes, observa-se, entre as mulheres brancas brasileiras e as mamelucas, uma grande discrepância: enquanto apenas uma entre nove mamelucas estampou a sua assinatura, 27.0% das brancas brasileiras o fizeram, o que se aproxima do dobro da média geral de 15.5% de assinaturas verificadas entre as mulheres. É relevante observar ainda, comparando os dados das Tabelas 7 e 8, que, enquanto, entre as brancas portuguesas, a taxa de assinaturas foi de 13.0%, entre as brancas brasileiras, atingiu 27.0% da amostra. A única cafuza é não assinante.

Na Tabela 9, traça-se mais detalhadamente o perfil das mestiças:

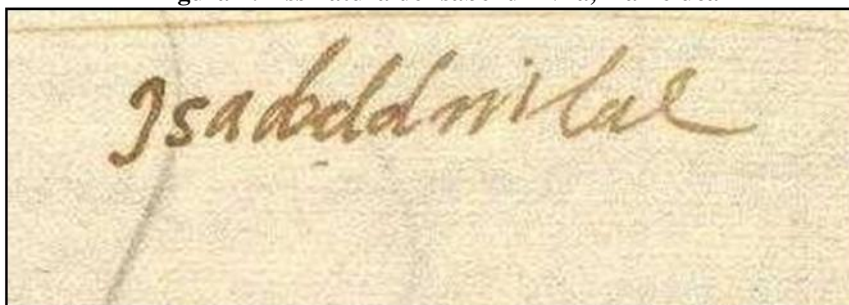
**Tabela 9: Perfil sociológico das mamelucas e da cafuza**

NOMES	FILIAÇÃO		NATURALIDADE	OCUPAÇÃO	ID	E C	C R
	PAI	MÃE					
Ana de Alveloa	Branco	Filha de mameluca	Desta Cidade	---	26	C	CV
Domingas Alegre	Branco	Mameluca	Desta Capitania	---	22	C	CV
Isabel d'Ávila	Branco	Índia deste Brasil	Desta Bahia	---	37	C	NI
Isabel Marques	Branco	Índia	Esta Cidade	---	37	C	NI
Luísa Rodrigues	Branco	Índia deste Brasil	Este Recôncavo	---	21	C	NI
Maria Batista	Homem preto	Índia desta Terra	Desta Cidade	---	23	S	NI
Maria Grega	Branco	Índia deste Brasil	Itaparica	---	15/16	C	NI
Guiomar Pinheira	Branco	Brasila, escrava do pai	Capitania de Ilhéus	---	38	V	CV
Francisca da Costa	NI	NI	NI	---	NI	NI	NI
Maria Carvalha	Branco	Índia da Terra	NI	---	18	C	NI

As mamelucas não têm uma origem tão diversificada quanto os mamelucos. São naturais apenas de duas capitanias – a da Bahia e a de Ilheus. É também da Capitania da Bahia a cafuza *Maria Batista*. Nesta reduzida amostra de 09 mamelucas, 88.9% não assinam, distinguindo-se apenas uma das demais por ser assinante. Trata-se da mameluca *Isabel d'Ávila*, neta de Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil. Seu pai, Garcia (de Sousa) d'Ávila, foi o fundador, em 1550, da Casa da Torre,

fortaleza situada em sesmaria que se converteu no maior latifúndio das Américas<sup>17</sup>. Estampa-se abaixo a sua assinatura:

**Figura 2: Assinatura de Isabel d'Ávila, mameluca**



Sendo praticamente todas não assinantes, parecer ser plausível supor que, embora as mamelucas não tenham sido excluídas do plano catequético jesuíta, não foram o seu alvo privilegiado no que toca ao ensino da leitura e da escrita.

Concluída a análise da variável sexo em contraste com a origem geográfica do confitente/denunciante, passa-se a confrontá-la, a seguir, com a condição religiosa.

#### 1.4. Repartição por sexo *versus* condição religiosa

**Tabela 10: Homens *versus* condição religiosa**

HOMENS (244)		
<b>CRISTÃOS-VELHOS</b> (202 – 82.8%)	Assinante	192 (95.0%)
	Não assinante	10 (05.0%)
<b>CRISTÃOS-NOVOS</b> (15 – 6.1%)	Assinante	15 (100.0%)
	Não assinante	---
<b>MEIO CRISTÃOS-NOVOS</b> (02 – 0.8%)	Assinante	02 (100.0%)
	Não assinante	---
<b>MEIO CRISTÃO-VELHO</b> (01 – 0.4%)	Assinante	01 (100.0%)
	Não assinante	---
<b>CRISTÃOS-VELHOS POR PARTE DE PAI</b> (03 – 1.2%)	Assinante	03 (100.0%)
	Não assinante	---
<b>CRISTÃO-VELHO DA GERAÇÃO DE CIGANOS</b> (01 – 0.4%)	Assinante	01 (100.0%)
	Não assinante	---
<b>DUVIDAM SE SÃO CRISTÃOS-NOVOS</b> (04 – 1.6%)	Assinante	04 (100.0%)
	Não assinante	---
<b>FILHOS DE PAIS CATÓLICOS</b> (02 – 0.8%)	Assinante	02 (100.0%)
	Não assinante	---
<b>CRISTÃO HÁ 6 OU 7 ANOS</b> (01 – 0.4%)	Assinante	---
	Não assinante	01 (100.0%)
<b>CRISTÃO HÁ 20 ANOS</b>	Assinante	---

<sup>17</sup> Filha bastarda de Garcia (de Sousa) d'Ávila com a índia Francisca Rodrigues, *Isabel d'Ávila* foi casada, em segundas núpcias, com Diogo Álvares Dias, neto do português Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e da índia tupinambá Catarina Paraguaçu. Seu filho Francisco Dias d'Ávila Caramuru é que se tornará o herdeiro da Casa da Torre. Os vários enlances matrimoniais entre a linhagem de Garcia d'Ávila e a linhagem de Caramuru constituirão a velha aristocracia do Recôncavo Baiano.

(01 – 0.4%)	Não assinante	01 (100.0%)
<b>NÃO IDENTIFICADA</b>	Assinante	07 (63.6%)
(11 – 4.5%)	Não assinante	04 (36.4%)

Entre os 244 homens, a maioria expressiva é de cristãos-velhos, os quais correspondem a 82.8% do total. A seguir, porém com pouca representatividade, vêm os cristãos-novos, perfazendo 6.1% da amostra. Uma das razões para a presença reduzida de cristãos-novos é, certamente, o fato de 66.9% dos dados terem sido extraídos de livros de denúncias: se a maior heresia era ser judeu, são os cristãos-velhos os denunciadores.

Figuram ainda entre os confitentes/denunciadores os que se identificam, do ponto de vista religioso, sob outras categorias, a saber: 02 meio cristãos-novos (0.8%), 01 meio cristão-velho (0.4%), 03 cristãos-velhos por parte de pai (1.2%), 01 cristão-velho de geração de ciganos (0.4%), 04 que duvidam se são cristãos-novos (1.6%), 02 filhos de pais católicos (0.8%), 01 cristão há seis ou sete anos (0.4%) e 01 cristão há vinte anos (0.4%), para além dos 12 cuja condição religiosa não está identificada (4.9%).

Dada a grande disparidade numérica entre cristãos-velhos e cristãos-novos, seria arriscada qualquer conclusão mais definitiva acerca da interferência da variável condição religiosa sobre o fato de os homens saberem ou não assinar. Contudo, é de se notar que, enquanto a taxa de 95.0% de assinaturas dos cristãos-velhos basicamente corresponde à média geral de 93.4%, 100% dos cristãos-novos assinam. Tal observação torna-se ainda mais relevante quando se considera o fato de que 4 dos que “duvidam se são cristãos-novos” são também assinantes. Está-se levantando aqui a hipótese de que os que duvidam se são cristãos-novos, efetivamente, o sejam, mas tenham receio de admiti-lo.

Segundo Lipiner (1998, p. 55), “Na linguagem inquisitorial, o filho proveniente de casamento misto [entre cristãos-novos e cristãos-velhos] era apelidado de *meio cristão-novo* e o neto da mesma origem era classificado como *quarto de cristão-novo*, e assim por diante”. Podem-se considerar igualmente filhos de casamentos mistos os que se nomeiam meio cristãos-velhos ou cristãos-velhos por parte de pai. No total, portanto, estão 6 confitentes/denunciadores na condição de filhos de casamentos mistos, sendo todos assinantes.

Os filhos de pais católicos são os franceses *Nicolau Luís* e *Pero de Vila Nova*. Do terceiro francês – *Simão Luís* –, não se identifica a condição religiosa, provavelmente por se tratar de um filho de casamento misto, cujo pai era luterano e a mãe, católica. Os dois franceses filhos de pais católicos sabiam assinar, já o filho do casamento misto, não.

Um homem tem a sua condição religiosa identificada como cristão há 6 ou 7 anos e outro, como cristão há 20 anos: são, respectivamente, os índios *Fernão Ribeiro* e *Simão*. À época em que se apresentaram ao Santo Ofício, tinha *Fernão Ribeiro* 50 anos e *Simão*, 25, tendo sido, portanto, o primeiro batizado já quando adulto, e o segundo, ainda na infância. A expressão cristão-novo, reservada a judeus recém-convertidos, obviamente não se poderia aplicar a nenhum dos dois casos em questão, independentemente de o batismo ter sido mais ou menos recente. Ambos os índios eram filhos de gentios pagãos.

Dentre aqueles cuja condição religiosa não está identificada, ressalta-se o escravo *Duarte*, o único africano da amostra. Apesar de se tratar de um cativo do Colégio da Companhia de Jesus, *Duarte*, que contava, na altura do seu depoimento, com a idade aproximada de 20, provavelmente, ainda não tinha sido batizado, razão pela qual dele não se diz ser um cristão há “x” anos, como se observou para os índios *Fernão Ribeiro* e *Simão*. O negro *Duarte*, originário de Angola e, provavelmente, falante de

uma língua banto, teve com intérprete e assinante da sua confissão *Matias Moreira*, do qual apenas se sabe que era morador no Colégio dos Jesuítas e que sabia “a língua dos negros”.

Seguem, abaixo, os dados relativos às mulheres:

**Tabela 11: Mulheres versus condição religiosa**

<b>MULHERES (110)</b>		
<b>CRISTÃS-VELHAS (87 – 79.1%)</b>	Assinantes	11 (12.6%)
	Não assinantes	76 (88.4%)
<b>CRISTÃS-NOVAS (06 – 5.4%)</b>	Assinantes	04 (66.7%)
	Não assinantes	02 (33.3%)
<b>MEIO CRISTÃS-NOVAS (05 )</b>	Assinantes	---
	Não assinantes	05 (100%)
<b>DUVIDA SE É CRISTÃ- VELHA OU NOVA (01 – 0.9%)</b>	Assinantes	01 (100%)
	Não assinantes	---
<b>NÃO IDENTIFICADA (11 – 10.0%)</b>	Assinantes	01 (9.1%)
	Não assinantes	10 (90.9%)

A desproporção entre cristãs-velhas – 79.1% – e cristãs-novas – 5.4% – é idêntica à observada acima entre cristãos-velhos e novos – 82.8% e 6.1%, respectivamente.

O dado relevante observado na Tabela acima, apesar de os números serem escassos, é que, quando são cristãs-novas, as mulheres atingem uma taxa de assinatura de 66.7%, contrariando a média geral de 84.5% de mulheres não assinantes. Também supondo, tal como feito anteriormente para os homens, que, quando uma mulher duvida se é cristã-nova, de fato, o seja, havendo apenas o receio de assumir tal condição, destaca-se que a única mulher que apresenta dúvida quanto à sua condição religiosa é assinante. Finalmente, deve-se assinalar o caso da cristã-nova *Catarina Mendes*, natural de Lisboa, de 51 anos que, embora não soubesse escrever, sabia ler. Apesar de o depoimento de *Catarina Mendes* ser o único em que está explícita a informação de saber ler dissociada de saber escrever, é bastante razoável supor, considerando-se o período em questão, que esta prática se estendesse a outras mulheres.

## **PALAVRAS FINAIS**

Chega-se, assim, ao final deste texto sabendo um pouco mais sobre a difusão social da escrita na Capitania da Bahia em finais de quinhentos, mas, certamente, também perguntando bastante mais:

1. Qual a **representatividade da amostra** analisada em relação à população da cidade do Salvador e do seu Recôncavo em fins de quinhentos?
2. O que terá promovido a **desalfabetização dos homens livres**, quando comparados dois extremos temporais, final do século XVI e final do século XIX?
3. Por outro lado, por que **as taxas de alfabetização das mulheres livres se mantiveram estáveis**, considerando-se os mesmos dois extremos temporais acima referidos?
4. Que consequências as mudanças operadas nas linhas de ação educacional dos jesuítas a partir do século XVII tiveram sobre o letramento dos **mamelucos**?

5. Para além das questões acima, que já remetem a uma análise mais qualitativa, o que podem ainda revelar as confissões e os depoimentos sobre as **práticas de leitura e escrita** e ainda sobre os **discursos e representações sobre essas práticas**?

## REFERÊNCIAS

- Abreu, Capistrano de (1935): *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça Capellão Fidalgo del Rey Nosso Senhor e do seu Desembargo, Deputado do Santo Officio. Confissões da Bahia, 1591-92*. Prefácio de Capistrano de Abreu. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C<sup>a</sup>.
- PRADO, Paulo (Ed.) (1925): *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça Capellão Fidalgo Del Rey Nosso Senhor e do seu Desembargo, Deputado do Santo Officio. Denúncias da Bahia, 1591-593*. São Paulo. Serie Eduardo Prado Para Melhor se Conhecer o Brasil.
- Chartier, Roger (2004): “As práticas da escrita”, em Ariès, Philippe / Roger Chartier (orgs.), *História da vida privada. Da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Oliveira, Maria Inês Côrtes (1997): “Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos negros na Bahia”, *Afro-Ásia* 19/20, 19-73.
- Freire, Ana Maria Araújo (1993): *Analfabetismo no Brasil. Da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos*. 2 ed. revista e aumentada. São Paulo: Cortez.
- Gandra, Ana Sartori (2010): *Cartas de amor na Bahia do século XX. Normas linguísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar*. Universidade Federal da Bahia. Dissertação de mestrado inédita.
- Lipiner, Elias (1998): *Terror e linguagem. Um dicionário da Santa Inquisição*. Contexto: Lisboa.
- Lobo, Tânia / Klebson Oliveira (2012): “Aos olhos da Inquisição. Níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos”, em Mattos e Silva, Rosa Virgínia / Klebson Oliveira / José Amarante (orgs.), *Várias navegações. Português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos*. Salvador: EDUFBA.
- Marquilhas, Rita (2000): *A faculdade das letras. Leitura e escrita em Portugal, séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.